



## OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, NORDESTE DO BRASIL

Edson Hely Silva

---

### RESUMO

A presença humana há milhares de anos no Semiárido brasileiro ainda é muito desconhecida. As pesquisas arqueológicas apontaram indícios sobre como os diferentes grupos humanos habitaram a região desde épocas remotas. São informações importantes para pensar, a partir de uma abordagem necessariamente interdisciplinar, o que e como as populações indígenas atuais teriam herdado ou não formas de ocupar a região de povos do antepassado e também as mudanças ocorridas na relações humanas com o Ambiente, com a Natureza, as relações socioambientais nos períodos anterior e posterior à colonização portuguesa no Semiárido a região Nordeste do Brasil. Refletindo especificamente a partir e sobre as experiências históricas dos indígenas Xukuru do Ororubá habitantes nos municípios de Pesqueira e Poção em Pernambuco.

**Palavras-chave:** indígenas; História; Semiárido; Brasil; História Ambiental

### INDIANS IN HISTORY AND ENVIRONMENTAL HISTORY IN PERNAMBUCANO SEMIARID, NORTHEAST OF BRAZIL

#### ABSTRACT

The human presence for thousands of years in the Brazilian semiarid region is still very unknown. Archeological research has pointed out clues about how different human groups have inhabited the region since remote times. They are important information to think, from a necessarily interdisciplinary approach, what and how the current indigenous populations would have inherited or not ways of occupying the region of ancestor peoples and also the changes that occurred in human relations with the Environment, with Nature, socioenvironmental relations in the periods before and after the Portuguese colonization in the Semi-Arid region of Northeast Brazil. Reflecting specifically from and on the historical experiences of the Xukuru do Ororubá indigenous inhabitants in the municipalities of Pesqueira and Poção in Pernambuco.

**Keywords:** indigenous people; History; Semiarid; Brazil; Environmental History

### INDIOS EN LA HISTORIA E HISTORIA AMBIENTAL EN

## **PERNAMBUCANO SEMIARID, NORESTE DE BRASIL**

### **RESUMEN**

La presencia humana durante miles de años en la región semiárida brasileña aún se desconoce en gran medida. La investigación arqueológica ha mostrado evidencia de cómo diferentes grupos humanos han habitado la región desde tiempos remotos. Es una información importante para pensar, desde un enfoque necesariamente interdisciplinario, qué y cómo las poblaciones indígenas actuales habrían heredado o no formas de ocupar la región de los pueblos ancestrales y también los cambios que se han producido en las relaciones humanas con el Medio Ambiente, con la Naturaleza, relaciones socioambientales en los períodos antes y después de la colonización portuguesa en la región semiárida del Nordeste de Brasil. Reflexionando específicamente desde y sobre las experiencias históricas de los habitantes indígenas Xukuru do Ororubá en los municipios de Pesqueira y Poção en Pernambuco.

**Palabras clave:** indígena; Historia; Semi árido; Brasil; Historia Ambiental

### **Introdução**

Pesquisar os povos indígenas no Semiárido brasileiro exige necessariamente diálogos interdisciplinares. Os povos indígenas no Nordeste do Brasil, a maioria habitantes no Semiárido, desde as primeiras décadas do Século XX conquistaram considerável visibilidade sociopolítica nas mobilizações afirmando as identidades étnicas diferenciada e direitos específicos, sobretudo a demarcação das terras. Estas, no Semiárido, localizadas em regiões onde historicamente ocorreram conflitos violentos com colonizadores e invasores nas disputas pelos recursos naturais, as fontes de água, as terras disponíveis para lavoura e criação de animais. Pensar os povos indígenas nos processos históricos nesse Ambiente do Semiárido, aproximou nossas reflexões das abordagens nas perspectiva da História Ambiental onde o “trabalho acumulado dos geógrafos, dos especialistas ligados às ciências naturais, dos antropólogos, e de outros, tem estado disponível há gerações e está simplesmente sendo absorvido pelo pensamento histórico à luz da experiência recente discutindo o papel e o lugar da Natureza na vida humana” (WORSTER, 2008, p.25).

A presença humana no atual Semiárido brasileiro foi datada com mais de 30 mil anos. Como evidenciado em pesquisas realizadas na Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato/PI, identificando coletores, caçadores, ceramistas e agricultores, por meio de diversas ferramentas e utensílios de pedras, vários painéis de pinturas e artefatos arqueológicos de diferentes períodos geológicos (GUIDON, 1992, p. 37-52). Todavia, os estudos sobre esses períodos da história da humanidade equivocadamente a partir de perspectivas evolucionistas e etnocêntricas, ainda seja chamado de “pré-história”. E no Semiárido pernambucano, as pesquisas arqueológicas constatarem sítios abertos e em abrigos sob rocha de caçadores-coletores, agricultores-ceramistas

com ocupações humanas mais longas nas proximidades do Rio São Francisco (MARTIN, 2008). E na microrregião de Arcoverde no final da década de 1970 foram cadastrados vários sítios arqueológicos próximos a curso de água nos municípios de Brejinho, Buíque, Pedra, Venturosa, Alagoinha, Paranatama, Brejo da Madre de Deus, Passira, Taquaritinga do Norte (MARTIN, 2008, p.131). Na região de Buíque, atualmente habitada pelo povo indígena Kapinawá, no sítio arqueológico Alcobaça indícios apontaram que a prática da horticultura em períodos úmidos, em uma relativa sedentarização com alguns cultivos, evidenciada pelo número de enterramentos ocorridos nesses locais.

No Brejo da Madre de Deus, as pesquisas arqueológicas na Furna do Estrago dataram o local habitado por humanos em aproximadamente 10.000 anos, com ossos e vestígios encontrados em um cemitério usado por acerca de 250 anos. Os estudos apontaram que foram necessárias adaptações e conhecimentos específicos pelos grupos humanos sobre o Ambiente naquela região de “brejo”, vizinha a “Mata Serrana do Bituri”, que se estende atualmente do Brejo da Madre de Deus até Belo Jardim (LIMA, 2012). Pesquisas em diferentes lugares no Semiárido, evidenciaram que os sítios arqueológicos estão localizados próximos a fontes de água, e os estudos apontaram que a dispersão dos vestígios da ocupação humana há milênios na região, significando as intrínsecas relações com nascentes, lagoas e rios intermitentes que possibilitavam a disponibilidade de recursos naturais e assim o pouso para a caça, coleta.

Essa presença humana há milhares de anos no Semiárido ainda é muito desconhecida. As pesquisas arqueológicas apontaram apenas, até onde foi possível, indícios sobre como os diferentes grupos humanos habitaram a região desde épocas remotas. Embora bastante questionável e, não sendo objetivo desse texto, estabelecer uma relação linear entre as pesquisas arqueológicas e grupos étnicos no presente (OLIVEIRA, 2012, p.27-48), e, sobretudo, no Semiárido onde os atuais territórios habitados pelos povos indígenas foram construídos a partir de uma história pós-colonização portuguesa, com concentração em missões religiosas, migrações, deslocamentos forçados, guerras e perseguições, a exemplo do ocorrido nos sertões do São Francisco (SILVA; OLIVEIRA; SANTOS JUNIOR, 2018, p. 129-149). Todavia, as informações arqueológicas são muito importantes para pensar, a partir de uma abordagem necessariamente interdisciplinar, o que e como os povos indígenas na atualidade teriam aprendizados ou não formas de ocupar a região de povos do antepassado e também as mudanças ocorridas nas relações humanas com o Ambiente, com a Natureza, as relações socioambientais nos períodos anterior e posterior à colonização portuguesa no Nordeste semiárido e especificamente em Pernambuco.

*Os índios na História: a colonização portuguesa e invasões de terras no Semiárido*

A colonização/ocupação portuguesa no interior pernambucano, ocorreu na região onde nos últimos anos foram realizadas as citadas pesquisas arqueológicas. A expansão colonial lusa iniciou a partir de meados do Século XVII, após uma grande pressão demográfica na região litorânea impulsionando a colonização portuguesa para a região do atual Semiárido. As terras da região costeira estavam ocupadas com a lavoura da cana-de-açúcar e multiplicaram-se os pedidos à Coroa Portuguesa de terras no “sertão”: senhores de engenho alegavam possuir gados sem terras onde pudessem criá-los (MEDEIROS, 1993, 23-26). Foram então concedidas sesmarias, pelo governo português, legitimando-se o expansionismo colonial, com a invasão das terras indígenas.

A produção açucareira no final do século XVI no litoral do atual Nordeste, gerou lucros significativos e era fator de atração populacional. Mas, o Estado português objetivava conhecer e explorar economicamente o interior. Nesse mesmo século, a Coroa Portuguesa incentivou expedições para o reconhecimento de caminhos de penetração pelo interior da região e a descoberta de recursos minerais (metais preciosos) e naturais geradores de lucros. Essa parte do atual Semiárido foi o espaço alcançado por essa política de ocupação em destaque na Bacia do Submédio Rio São Francisco que, pela potencialidade hídrica, possibilitou a fixação lusa naquela região. Na expansão colonial do chamado Sertão, a pecuária foi a atividade predominante e no decorrer dos anos, vários processos contribuíram na construção de imagens e a história para o Sertão nordestino despovoado de indígenas (SILVA; SANTOS JR.; OLIVEIRA, 2017).

Em Pernambuco, os rios Capibaribe e Ipojuca foram utilizados, em 1738, como rotas do Litoral para o Sertão. O “Caminho do Capibaribe”, partindo do Recife, passava pelas povoações margeando esse rio, atravessando o território paraibano, alcançando a ribeira do Pajeú, percorrendo entre São José do Egito até Cabrobó. O “Caminho do Ipojuca” acompanhava o vale deste rio, indo pelo Sertão do Moxotó até o Rio São Francisco, na altura de Santa Maria da Boa Vista. Um terceiro caminho de 1802, também citado por Capistrano de Abreu (ABREU, 1998, p. 39), partia de Olinda e aproveitava o “Caminho do Ipojuca” passando pelo Sertão do Moxotó e chegando ao São Francisco (MELLO, 2004, p. 89).

Por esses caminhos, muitos indígenas em seus territórios ou aldeados, colonos, escravizados africanos, missionários e o gado ocuparam os espaços nas regiões do chamado Agreste e Sertão, entre fazendas, povoados e aldeamentos servindo como pontos de apoio para futuras migrações do litoral para o interior. Nesse processo de expansão, ocorreu a incorporação do interior das chamadas Capitânicas do Norte do Brasil ao mundo colonial, transformando

espaços supostamente “vazios” do ponto de vista colonizador, em lugares habitados por súditos da Coroa Portuguesa.

Para a instalação das fazendas de gado no atual Semiárido pernambucano era necessário amansar os índios “hostis”. Em 1661, o Governador Francisco de Brito Freire informava do aldeamento de muitos “tapuias”, até aquele momento considerados “indomáveis”, tendo sido constituídas duas novas povoações, com igrejas, sob a responsabilidade do português Pe. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório no Brasil (MEDEIROS, 1993, 35), também conhecidos como Oratorianos. Dez anos mais tarde, por volta de 1671, o Pe. Sacramento fundava, no “Ararobá” (Serra do Ararobá), uma aldeia de índios Xukuru (MEDEIROS, 1993, 51-53). Os religiosos se dedicavam ao comércio de gado, tornando produtivas as terras sob o domínio da Congregação e com isso a compra de mais terras, até então ocupadas por sesmeiros, nas localidades próximas a missão (MEDEIROS, 1993, 63-64). O local era considerado como “a chave de todo aquele sertão”; esta foi a razão de ter sido mantida, por muito tempo, a Missão do Ararobá, como ponto de apoio para a expansão das invasões e ocupações portuguesas no atual Semiárido pernambucano até o cearense.

Atendendo a legislação da época, com as exigências do Diretório Pombalino, o Governo da Capitania de Pernambuco, em 1761 determinou que “A todas as vilas e lugares que erigir, denominará Vossa Mercê com nomes de Portugal” (FIAM/CEHM, 1985, p. 81). Assim, no antigo aldeamento do Ararobá, chamado de Nossa Senhora das Montanhas, e conhecido também como Monte Alegre, foi fundada, em 1762, a Vila de Cimbres, nome de povoação portuguesa no Distrito de Viseu. A partir desta data e por todo o século XVIII na documentação da Câmara de Cimbres encontram-se frequentes registros sobre os indígenas habitando no antigo aldeamento do Ararobá, nomeados como “Sucuru”, “Jucurius”, “Shucurú” (SILVA, 2017a). Os atuais Xukuru do Ororubá são falantes do Português Brasileiro e a variante regional. E também de mais de 1.000 palavras, de uma língua com indícios como sendo do tronco Macro-jê, desaparecida após a colonização (RODRIGUES, 1986).

Com a execução das diretrizes estabelecidas para a política indigenista pombalina, em muitos antigos aldeamentos, a exemplo de regiões como o atual Nordeste, ocorreu com o incentivo a moradores colonos portugueses, os casamentos mistos, etc. E também foram favorecidos arrendatários ilegais a latifundiários, os “homens de bens”, vereadores formando as oligarquias políticas locais que se apossaram dos territórios indígenas. Assim nas áreas mais antigas da colonização portuguesa as terras habitadas pelos indígenas foram sendo invadidas, transformadas muitas delas em fazendas, povoações originando as cidades interioranas do Brasil.

Em Cimbres Ampliou-se as invasões pelos familiares dos primeiros colonos portugueses nas terras do antigo aldeamento.

Após a Lei de Terras em 1850 determinando o registro em cartórios de todas as propriedades no país aumentaram dos esbulhos das terras de antigos aldeamentos indígenas no Nordeste. As câmaras municipais, onde a maioria dos vereadores eram invasores nas terras indígenas, sistematicamente solicitavam aos governos provinciais as terras dos aldeamentos para serem incorporadas como patrimônio, com a justificativa que os índios estavam “confundidos com a massa da população”, logo não existiam razão para continuação dos aldeamentos. Os indígenas oficialmente e no senso comum foram chamados de “caboclos” e considerados integrados as populações regionais vizinhas aos antigos aldeamentos (SILVA, 2017b).

A Serra do Ororubá foi sendo ocupada pelos criadores de gado que disputavam os espaços com as roças indígenas. Em 1853, o “Maioral de Cimbres” reclamou ao Diretor-parcial do aldeamento que as lavouras na “Serra do Urubá” estavam sendo invadidas, onde os gados no verão subiam a Serra destruíam as lavouras, e os criadores se recusava fazer cercas para evitar a as invasões dos bois nas plantações dos indígenas. Diante das reclamações, a Presidência da Província não só reconheceu os direitos, como acentuou a importância da grande produção dos indígenas para o abastecimento daquela região, e ordenou ao Delegado de Polícia de Cimbres que obrigasse os criadores a fazer as cercas, ou retirar o gado dos lugares cultiváveis que sempre foi destinado aos plantios.

Os governos provinciais autorizados pelo Governo Imperial, a partir de 1870, atendendo os inúmeros pedidos dos invasores das terras indígenas, decretaram a extinção oficial dos aldeamento indígenas no Nordeste. Com o fim dos aldeamento em Pernambuco, alguns os indígenas tornaram-se trabalhadores explorados nas fazendas dos invasores, a oligarquia local, legitimados nas terras indígenas. Outros indígenas dispersaram-se formando conhecidos bairros pobres periféricos na zona urbana de cidades próximas as aldeias, foram para municípios circunvizinhos ou regiões mais distantes. A partir desse período, em Pernambuco existiam vagas referências aos “caboclos” nos municípios como Pesqueira, Águas Belas, Floresta, Tacaratu, Cabrobó (SILVA, 2017a).

Um abaixo-assinado dos “índios da extinta Aldeia de Cimbres”, com 192 assinaturas foi enviado, em 1885, ao Presidente da Província de Pernambuco. Os signatários apelavam para o senso de justiça da autoridade provincial e solicitavam providências conta as perseguições que enfrentavam. Informavam os indígenas que as terras públicas, onde habitavam, estavam sendo invadidas por verdadeiros intrusos. Os índios afirmava que se ocupavam exclusivamente do

trabalho da agricultura para se manter denunciando as invasões das terras, por fazendeiros. A exemplo de um fazendeiro que fugindo da seca na Paraíba, ocupou uma das áreas mais férteis na Serra do Ororubá, com seu gado destruindo as roças dos indígenas que afirmavam, por serem pobres, estavam sendo explorados e não eram ouvidos em suas queixas, pelas autoridades policiais (SILVA, 2017a).

Os brejos das serras foram sendo usados como refrigério para o gado dos fazendeiros, em períodos de longas estiagens:

As serras, muito úmidas no inverno, não se prestam à pecuária e são aproveitadas por agricultores que cultivam cereais, plantas do ciclo vegetativo curto. Na estação seca, após a colheita do feijão, do milho e do algodão, o gado é levado para a serra, para o brejo, onde se mantém com este alimento suplementar à espera de que, com as primeiras chuvas, a caatinga reverdeça. São famosas por servirem de refrigério ao gado certas serras, como as de Jacará, da Moça e de Ororobá, em Pernambuco. (ANDRADE, 1998, p. 157).

Os fazendeiros perseguiram os queixosos, que eram presos e processados. Como acontecera com Manoel Felix Santiago, o índio que encabeçava o abaixo-assinado: “por não ter cedido do seu direito” foi preso, mas absolvido. Os índios afirmavam que, com a extinção do aldeamento, o Governo Imperial determinara a demarcação dos terrenos que lhe pertenciam. Mas, embora tendo sido publicados os editais, pela Tesouraria da Fazenda, para propostas de agrimensores executores da medição, até aquela data ela não fora reconhecida, sendo as terras invadidas por “intrusos”, fazendeiros criadores de gado, destruidores das lavouras dos índios, para que assim os perseguidos abandonassem as suas antigas e legítimas posses (SILVA, 2017a).

No início do Século XX instalou-se agroindústria em Pesqueira, com várias fábricas para produção de laticínios, doces e conservas, sendo a mais conhecida a fábrica Peixe. Na Serra do Ororubá, o gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate. As citadas lavouras eram os sítios, pequenas glebas de terras espremidas entre as áreas de criação das fazendas, que permaneciam nas mãos de umas poucas famílias indígenas. O mesmo estudo apontava o desmatamento recente para a lavoura de cafezais, plantações de goiabeiras, bananeiras e outras frutas, destinadas às fábricas de doces em Pesqueira (SETTE, 1956, p.8-12). Uma lógica econômica baseada na criação de gado ou na agroindústria substituiu a produção de alimentos, expulsou a maioria ou confinou alguns pequenos agricultores, os índios habitantes na Serra do Ororubá. Um número considerável deles foi forçado a abandonar os antigos locais de moradia e se concentrar na periferia da cidade. Outros, passaram à condição de mão-de-obra para as fábricas, como fornecedores de matéria prima, ou como operários.

Chamados de “caboclos” pelas autoridades, também no senso comum nos lugares onde existiram antigos aldeamentos, essa ideia do índio como “caboclo” foi ainda justificada em

diversos estudos e por escritores locais e regionais. Todavia, o “caboclo” permaneceu índio, questionando as visões preconceituosas, as teorias explicativas do suposto desaparecimento indígena, isso por que vários povos indígenas no Nordeste, “invisíveis” desde fins do Século XIX, teceram uma história de resistência étnica afirmada nas primeiras décadas do Século XX, em razão das pressões com o avanço do latifúndio sobre as pequenas propriedades, sítios e glebas de terras onde permaneceram resistindo, mobilizaram-se para exigirem os direitos as terras dos antepassados.

Os povos indígenas em Pernambuco e no Nordeste considerados extintos desde fins do Século XIX, a partir das primeiras décadas do Século XX pressionaram as autoridades para obterem o reconhecimento oficial enquanto povos étnicos diferenciados. Nas narrativas das memórias orais e em registros documentais sobre esses povos, encontramos relatos de viagens ao Rio de Janeiro, onde estava a sede do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e a partir de 1967 à sede da FUNAI em Brasília/DF, para solicitarem o direito à instalação de um Posto do órgão indigenista nas terras habitadas pelos indígenas. Em 1954 foi instalado um Posto Indígena na Serra do Ororubá o que significava o fortalecimento das mobilizações pelo reconhecimento estatal e a reconquista das terras tradicionais (SILVA, 2017a).

Nos últimos 30 anos, diversos povos indígenas no Nordeste vem afirmando a identidade étnica e reivindicam direitos, sobretudo aos territórios invadidos por latifundiários. Esse fenômeno chamado de “emergência étnica” ocorrendo nas áreas mais antigas da colonização portuguesa, a exemplo do atual Nordeste, foi chamado pela atual reflexão antropológica também como etnogênese. Ou seja, o processo de emergência histórica de um povo auto identificando em relação a uma herança dos antepassados, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições socioculturais, muitas das quais apropriadas da colonização e relidas pelos horizontes indígenas (OLIVEIRA, 2004). Ocorrendo a partir de um processo de territorialização, definido como um “processo de reorganização social”, onde uma das implicações é “a criação de um a nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de um a identidade étnica diferenciadora”. E também “a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 2004, p. 22). Os processos históricos vivenciados pelos indígenas no Semiárido pernambucano em diálogos com a História Ambiental, serão pensados partir de uma perspectiva agroecológica na História (WORSTER, 2003).

*Pensando as relações históricas e ambientais indígenas no Semiárido pernambucano*

O Semiárido pernambucano historicamente é cenário de muitos conflitos. Ocorrendo disputas pelos territórios onde estão as fontes de água que garantem a vida para os humanos, animais e plantas. As áreas com matas serranas, como a Serra Negra, Serra do Umã, Serra do Arapué e a Serra do Ororubá, são localidades dos chamados brejos de altitude, lugares úmidos com cobertura vegetal volumosa e há milênios densamente povoados, concentrando maiores índices anual de chuvas e fontes de água. Assim, “Dentre as heterogeneidades de paisagens presentes no Nordeste brasileiro, os Brejos de Altitude, constituem-se como importantes ambientes naturais, com dinâmica diferenciada quanto ao comportamento dos elementos constituintes” (MEDEIROS; CESTARO, 2019, p.115).

Nesse sentido, observa-se que o conceito de Brejo de Altitude está apoiado nas abordagens morfoclimática, fitogeográfica e/ou sistêmica, sendo esta última aquela que recebe uma contribuição dada por esta pesquisa, quando a atualiza, inserindo o elemento humano, bem como pensando os elementos constituintes, a partir de uma visão de inter-dependência entre estes. Ressalta-se que são reconhecidos, 65 Brejos de Altitude nordestinos (MEDEIROS; CESTARO, 2019, p.115).

Nos brejos nascem riachos irrigando os sopés das serras e correndo em direção ao São Francisco ou para o litoral. São áreas também agricultáveis, com as lavouras para o consumo plantada pelos indígenas e os excedentes de frutas e verduras que abastecem as feiras de cidades vizinhas como Ibimirim, Arcoverde e Pesqueira.

Os estudos históricos e antropológicos recentes, buscam compreender como os diversos povos indígenas em diferentes contextos e situações sociohistóricas, elaboraram diferentes estratégias nos mais de cinco séculos de colonização. Nesse sentido, foi ampliada a ideia do próprio conceito de resistência, até então vigente, enquanto confrontos e conflitos bélicos, guerras com fins trágicos e a morte de milhares de indígenas, para uma concepção mais ampla de relações diferenciadas em contextos de dominação e violências socioculturais: as muitas formas de resistências no cotidiano, por meio de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, a hegemonia da dominação colonial. Questionado as visões sobre os indígenas como “povos vencidos” e as ideias do “genocídio” e do “etnocídio”, enquanto total destruição física e cultural como afirmam outros pesquisadores, a partir de novas abordagens vêm sendo estudadas as diferentes estratégias utilizadas pelos povos indígenas que traduziram, negociaram, adaptaram os códigos dos colonizadores para viver no mundo colonial (OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2017).

#### **POVOS INDÍGENA EM PERNAMBUCO**



Fonte: REMDIPE<sup>1</sup>

Na atualidade os 14 povos indígenas em Pernambuco habitam o Semiárido em território localizados nas áreas de serras como a Serra do Ororubá (Pesqueira), a Serra Negra (Tacaratu, Floresta e Inajá), a Serra Umã (Carnaubeira da Penha), a Serra do Periquito (Ibimirim), a Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha); nos brejos como em Pesqueira e Tacaratu; em vales como o Vale do Catimbau (Buíque), próximos aos rios como o Ipojuca, o Ipanema, o Moxotó e o São Francisco; as margens e em ilhas do rio São Francisco em Cabrobó e Orocó. A população indígena no estado foi contabilizada mais de 61.000 indivíduos (BRASIL, 2010).

A afirmação dos povos indígenas por direitos, sobretudo territoriais, a chamada “emergência étnica”, fenômeno que vem ocorrendo nas áreas mais antigas da colonização, onde existiram aldeamentos, a exemplo do Nordeste, foi também denominado pelas recentes reflexões antropológicas de “etnogênese”. Ou seja, o processo de emergência histórica de um povo que se auto identifica em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições socioculturais, muitas das quais apropriadas da colonização e relidas a

<sup>1</sup>Disponível no site <https://www.indigenascontracovidpe.com/boletimremdipe> Acesso em 14 jul. 2021

partir dos horizontes indígenas, como é possível observar em pesquisas realizadas sobre os povos indígenas em Pernambuco (SILVA, 2017).

**POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO**

Povo indígena	Município	Localização do território
Atikum	Carnaubeira da Penha; Salgueiro	Serra do Umã
Fulni-ô	Águas Belas	Serra do Comunati/Rio Ipanema
Kambiwá	Ibimirim; Inajá	Serra Negra (Rbio*)
Kapinawá	Buíque; Tupanatinga; Ibimirim	Vale do Catimbau/serras
Pankawiká	Jatobá	Rio Moxotó/Rio São Francisco
Pankará	Carnaubeira da Penha; Itacuruba	Serra do Arapué/Rio S. Francisco
Pankararu	Petrolândia; Tacaratu; Jatobá	Brejo dos Padres/serras
Pankararu Entre Serras	Petrolândia; Tacaratu; Jatobá	Brejo dos Padres/serras
Pipipã	Floresta	Serra Negra (Rbio)
Tuxá	Inajá; Itacuruba	Serras/Rio Moxotó/Rio São Francisco
Truká	Cabrobó; Orocó	Ilhas do Rio São Francisco
Tuxi	Belém de São Francisco	Ilhas do Rio São Francisco
Xukuru de Cimbres	Pesqueira; Alagoinha; Venturosa; Pedra	Serras/Rio Ipanema
Xukuru do Ororubá	Pesqueira; Poção	Serra do Ororubá/rios Ipojuca e Ipanema

\*Reserva Biológica/ICMBio

Sendo muito importante ressaltar as diferenças entre o território habitado, a terra indígena demarcada enquanto um espaço geográfico concreto, distinguindo-o da territorialização definida como um “processo de reorganização social”, onde uma das implicações é “a criação de um a nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de um a identidade étnica diferenciadora”. E também “a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 2004, p. 22).

*O antigo Aldeamento de Cimbres e os índios Xukuru do Ororubá*

Na atual região de Cimbres, onde foi instalada a Missão do Ararobá, a área montanhosa favoreceu a formação de brejos que se constituem em espaços subúmidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante. Estudos apontaram que uma derivação da Serra da Borborema que se estende pela região do Semiárido, desde o Ceará até Pernambuco, se inicia exatamente no município de Pesqueira, espalhando-se por regiões vizinhas. Nas cercanias do vale do intermitente rio Ipojuca que corta o território dos indígenas, Xukuru do Ororubá, estão localizados os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá, entre os municípios de Pesqueira e Poção (VASCOCELO SOBRINHO, 2005, p.163-164).

Atendendo a legislação pombalina, o Governo da Capitania de Pernambuco, em 1761 determinou ao Ouvidor da Comarca de Alagoas que “A todas as vilas e lugares que erigir, denominará Vossa Mercê com nomes de Portugal” (FIAM/CEHM, 1985, p. 81). Assim, no local do antigo aldeamento do Ararobá, chamado de Nossa Senhora das Montanhas, e conhecido também como Monte Alegre, foi fundada, em 1762, na Serra do Ororubá, a Vila de Cimbres, nome de uma povoação portuguesa no Distrito de Viseu. A partir desta data e por todo o século XVIII na documentação da Câmara de Cimbres encontram-se frequentes registros sobre os indígenas do antigo aldeamento do Ararobá.

Em 1777, A “Lista e traslado do caderno das avaliações dos dízimos desta vila de Cimbres”, além de citar a presença de indígenas em diversas localidades “sítios” nas terras que compreendiam o aldeamento, apresentando um esboço da produção econômica dos aldeados. Foram relacionados nomes de índios do sexo masculino, possivelmente correspondendo aos chefes de famílias, que cultivavam milho, produziam farinha e criavam gado em apenas uma das localidades relacionadas (FIAM/CEHM, 1985, p.146-149). São informações que evidenciam o trabalho indígena naquela região no período colonial.

O território indígena Xukuru do Ororubá está localizado nos municípios de Pesqueira e Poção/PE (Figura 1) com 27.555 hectares demarcados pelo Governo Federal em 2001, após muitas perseguições, violências e assassinatos de lideranças, a exemplo do Cacique “Xicão” Xukuru, morto a mando dos fazendeiros invasores nas terras reivindicada pelos indígenas. A população foi contabilizada em 12.139 indígenas, sendo ainda estimado cerca de 200 famílias residindo na área urbana de Pesqueira em diversos bairros, embora a maioria no Bairro “Xucurus” (SILVA, 2017a).

Figura 1: Localização do Território Xukuru do Ororubá no Semiárido pernambucano



Fonte: jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07/04/1996, p.11.

A fertilidade das terras na Serra do Ororubá foi sempre evidenciada. No *Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, elaborado na última década do Século XIX e publicado em 1908, foi ressaltada a produção agrícola de Cimbres, com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas. Além de frutas, como ananases, laranjas, cajus, goiabas, bananas e pinha. O autor frisou, porém, que essa produção advinha da Serra, pois: “Geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece” (GALVÃO, 1908, p. 181).

Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caititus, onças de diversas espécies, raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas, tejus, juntamente com “aves de diversas espécies e portes”. Afora o cedro, foram citadas outras árvores nativas e seus usos medicinais:

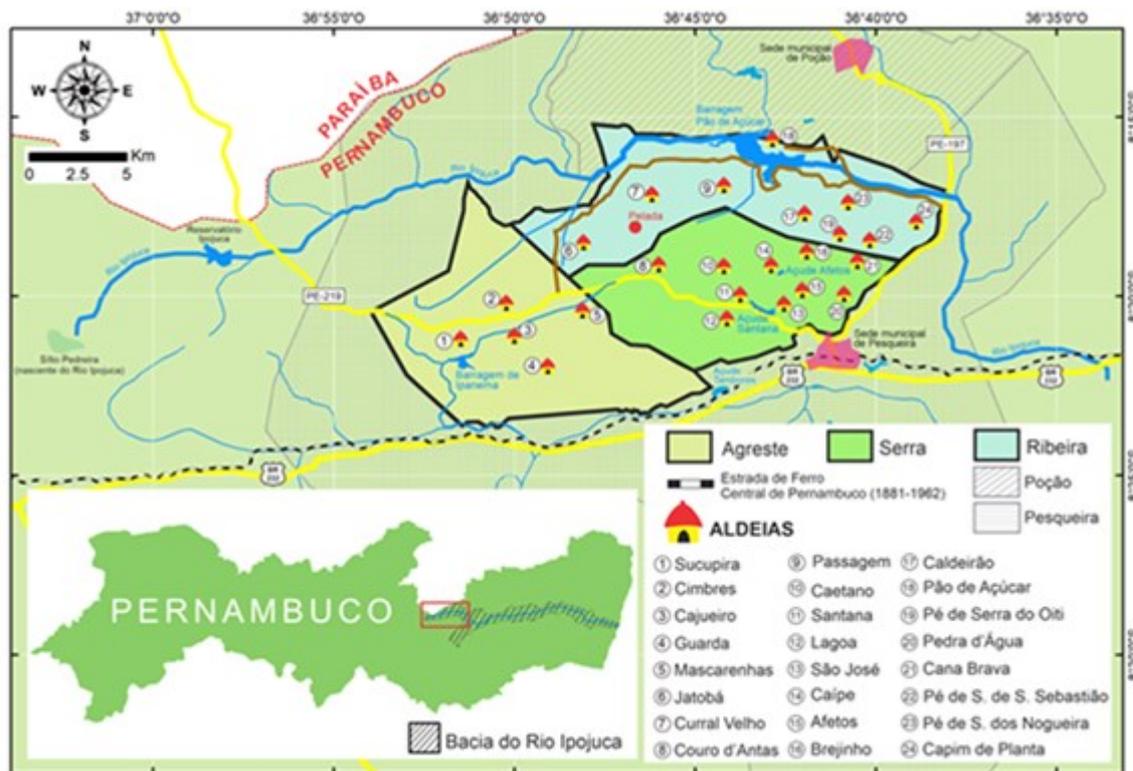
A aroeira (muito usada no cozimento do entre casca para dores de garganta), o bom nome (com o uso específico das moléstias das vias respiratórias), o jucá ou pau-ferro, o assafraz, guáiacó, cabeça de negro, gitó, parreira brava, japecanga (succedaneo da salsaparrilha), o ingazeiro, jaboticabeira, o imbuzeiro, a catinga de porco (de cujas folhas se faz travesseiros sobre os quais se deitando os doentes de dores de cabeça e tonteiras, dizem cessar o incômodo), o mulungu, o cardeiro (mandacaru), o marmeleiro, o velame o barbatenão, etc. (GALVÃO, 1908, p. 181).

As referências sobre uso das citadas plantas medicinais evidenciar a utilização tradicional pelos indígenas. O autor também destacou a considerável produção agrícola de Cimbres, onde se colhiam cereais para abastecer as feiras da região. Plantava-se a cana-de-açúcar e existiam algumas engenhocas para produção de rapadura e também aguardente Galvão enfatizou a fertilidade das terras do antigo aldeamento, quando afirmou: “O terreno é muito produtivo, principalmente na Serra de Ororubá”. Citou ainda artigos produzidos pelos índios, quando escreveu: “A indústria local é a criação, a fabricação de redes e sacos de algodão, de esteiras, chapéus de palha e vassouras, de cachimbos de barro, feitos pelos índios habitantes da Serra de Ororubá” (GALVÃO, 1908: 182).

Os Xukuru do Ororubá atualmente habitam em 24 aldeias espalhadas no território indígena que dividem em três regiões geográficas (Figura 2): a Serra, o Agreste e a Ribeira. A Serra é o local mais abundante de água e compreende o brejo de altitude propriamente dito. O Agreste é a região mais seca em torno da atual Aldeia Vila de Cimbres. E a Ribeira trata-se da região cortada pelo intermitente Rio Ipojuca, o de também situa-se a Barragem Pão-de-Açúcar com águas salobras e construída pelo Governo Estadual entre 1987/1988. Os índios praticam a agricultura

para o consumo plantando em sua maioria milho e feijão. E na região da Serra cultivam verduras orgânicas vendidas semanalmente nas feiras nas cidades de Pesqueira e às vezes também Arcoverde.

Figura 2: Mapa do Território indígena Xukuru do Ororubá



Fonte: SILVA; PINHEIRO FILHO; CUNHA, 2021

No Semiárido pernambucano Os brejos representam pequenas faixas isoladas de transição entre a Zona da Mata úmida canavieira, possuem solos profundos, matas de serras e cursos d'água permanentes, favorecendo a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980, p.176).

Notemos, além disso, que, nesses interflúvios e em outros de menor amplitude aparecem manchas numerosas, que, não chegando a constituir verdadeiros brejos, representam áreas onde se atenuam às condições de semi-aridez, com seus efeitos benéficos nas atividades pastoris. Atenuação dos efeitos da semi-aridez é também a existente nas áreas dos chamados pés de serra, preferidas pela lavoura nos espaços de baixa pluviosidade (MELO, 1980, p.181).

Assim, durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos abasteceu não somente as feiras das cidades próximas, como também as situadas em bairros do Recife.

No verbete “Cimbres”, encontrado no *Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco*, publicado em 1863, Manoel da Costa Honorato,

além de ter reconhecido a existência de índios na Serra do Ororubá, ressaltou a riqueza natural do lugar, quando escreveu:

Esta vila é propriamente uma aldeia, habitada por indígenas, que muito se gloriam de ser descendentes dos Xucurus e Paratiós, porém muito preguiçosos. Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância no Sertão pela riqueza natural e produtiva, pelos edifícios que ultimamente se tem edificado e pela instrução a que se tem chegado (HONORATO, 1976, p.38)

Em outro trecho, depois de enfatizar a importância da agricultura daquele lugar, apesar de insistir no trabalho agrícola indígena como menor, o autor se referiu ao modo de vida indígena: “Os índios vivem da caça e cultivam muito pouco; as mulheres fazem lança, fiam algodão, fazem panos para se vestir, e lamentam-se excessivamente quando os maridos não são bem sucedidos nas caçadas” (HONORATO, 1976, p.38). Apesar das invasões de fazendeiros, existiam matas na região, possibilitando aos índios o acesso aos recursos naturais.

#### *História Xukuru do Ororubá e História Ambiental*

Em várias narrativas orais índios idosos Xukuru do Ororubá relatam memórias sobre práticas agrícolas, formas e épocas do plantio, bem como conhecimentos sobre o domínio, acesso e uso do recursos naturais, seja pela coleta de frutos nativos, caçadas, utilização de plantas para confecção de remédios, adornos, uso ritual ou utensílios do cotidiano evidenciando estreitas relações com o Ambiente do Semiárido onde habitam. São conhecimentos que evidenciam as relações entre a história indígena e a História Ambiental nessa região com registros milenares da ocupação humana.

Para melhor compreender as relações entre os índios Xukuru do Ororubá e o Ambiente onde habitam, é necessário observar os estreitos vínculos entre a história indígena e a História Ambiental no Semiárido pernambucano, em um exercício de análises e reflexões buscando compreender os processos históricos vivenciados pelos indígenas evidenciando as relações de poder, as formas de acesso, as dimensões simbólicas e a utilização dos recursos naturais, nos protagonismos para a “redefinição do controle social sobre os recursos ambientais” (OLIVEIRA, 2004, p. 13-38) na afirmação identitária dos indígenas.

Especificamente sobre a história dos Xukuru do Ororubá e as relações com a História Ambiental do Semiárido pernambucano, ocorrem a partir de diálogos interdisciplinares com os estudos existentes sobre a região em suas diferentes abordagens, com as fontes bibliográficas e memórias orais, tendo como base também as discussões

realizadas no campo da História Ambiental. Uma vez que “A História Ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas, também reconhecer a historicidades dos sistemas naturais” (PÁDUA, 2010, p. 97). Enfim, pensando as relações históricas e ambientais indígenas no Semiárido pernambucano.

Discutindo os processos históricos e as relações ambientais de indígenas no Semiárido pernambucano, a partir das experiências vivenciadas pelos Xukuru do Ororubá nas forma de acesso, domínio, atribuições de dimensões simbólicas e utilização dos recursos ambientais na afirmação identitária indígena, a partir de reflexões relacionando a história indígena e História Ambiental nessa região. Existe uma diminuta bibliografia histórica sobre a temática, sendo necessário apoio nos diversos estudos antropológicos, geográficos, ecológicos, botânicos e de outros campos do conhecimento sobre o Semiárido, que trataram de situações específicas ou de uma forma geral, particularmente sobre o Semiárido pernambucano e ainda estudos sobre os indígenas nessa região.

Os relatos de memórias orais de indígenas idosos Xukuru do Ororubá, possibilitam compreendermos as relações históricas ambientais nas experiências do observar, o lidar, as vivências com o Ambiente em suas transformações históricas no plantar, colher, acessar e utilizar os recursos naturais seja para fins rituais, seja para fins de consumo alimentar, curativo para doenças e como expressão de afirmação da identidade indígena.

### **Referências**

- ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte; Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.
- ANDRADE, Manuel C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 6. ed. Recife: Edufpe, 1998.
- BRASIL. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- FIAM/CEHM. **Livro da Criação da Vila de Cimbres: 1762-1867**. Recife: FIAM-CEHM, Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1985.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário chorográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 37-52.
- HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário topográfico, estatístico e histórico de Pernambuco**. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

- LIMA, Jeannette Maria Dias de. **A Furna do Estrago no Brejo da Madre de Deus, PE.** Organização, introdução, notas, apêndice e fotos de Pedro Ignácio Schmitz. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 2012.
- MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** 5. ed. Recife: EDUFPE, 2008.
- MEDEIROS, Jacimária Fonseca de; CESTARO, Luiz Antônio. As diferentes abordagens utilizadas para definir Brejos de Altitude, áreas de exceção do Nordeste brasileiro. **Sociedade e Território.** Natal, vol. 31, n. 2, p. 97–119, jul./dez. 2019.
- MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830).** João Pessoa: Ideia, 1993.
- MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes.** Recife: SUDENE, 1980.
- MELLO, José Antônio G. de. Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802). *In:* MELLO, J. A. G. de. **Da Inquisição ao Império.** Recife: Edufpe, 2004, p. 87-113.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In:* OLIVEIRA, J. P. de. (Org.) **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 13-38.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Tellus**, ano 12, n. 22, jan./jun. 2012, p. 27-48.
- PADUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, 2010, vol.24, n.68, p 81-101.
- RODRIGUES, Aryon Dall’igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1986.
- SETTE, Hilton. **Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interações regionais.** Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.
- SILVA, Edson; PINHEIRO FILHO, João Domingos; CUNHA, Maristela Casé. O Ipojuca, um rio na História no Semiárido brasileiro: caminhos de águas, de terra e de ferro. *In:* **Rios e histórias: séculos XIX e XX.** Manaus/AM 2021 (no prelo).

SILVA, Edson; OLIVEIRA, Edivania G. S.; SANTOS JUNIOR, Carlos F. Os povos indígenas no “Sertão verde”: mobilizações, conflitos e afirmações identitárias no Semiárido pernambucano. In: SANTOS, Ana P. S. dos; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de; BRAGA, Ricardo A. P. *et al.* (Orgs.). **O encolhimento das águas: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência no Semiárido**. Campina Grande/PB: INSA, 2018, p. 129-149

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/ PE), 1950-1988**. 2. ed. Recife: EDUFPE, 2017a.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 7, nº 1, p. 147-172, 2017b.

VASCONCELOS SOBRINHO, José de. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife: Condepe, 2005.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e Sociedade**, 2003, vol.5, n.2, p.23-44.

---

### **Edson Hely Silva**

Professor Titular de História da UFPE. Doutor em História Social pela UNICAMP. Leciona História no Centro de Educação/Colégio de Aplicação, UFPE. Docente no PROFHISTÓRIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Email: edson.edsilva14@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0002-6213-9927>

*Artigo recebido em 07/06/21 e aceito em 24/08/21*